



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Laerte Bessa

### PROJETO DE LEI Nº 319/2007

Altera dispositivos da Lei 11.416, de 15 de dezembro de 2006.

#### EMENDA MODIFICATIVA Nº (Deputado LAERTE BESSA)

Dê-se ao § 4º do art. 15 do projeto, a seguinte redação:

*“Art. 15. ....*

*.....*

*§ 4º. O servidor das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário cedido não perceberá, durante o afastamento, o adicional de que trata este artigo, salvo na hipótese de cessão para órgãos da União, na condição de optante pela remuneração do cargo efetivo.”*

### JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa corrigir disposição que será por demais gravosa, não só para o cedido, mas também para o servidor inativo, uma vez que liga o recebimento do Adicional de Qualificação tão-somente ao exercício efetivo da atividade judiciária junto aos Órgãos judiciários da União.

Primeiramente, mostra-se inaceitável que a prestação de serviços a outros órgãos da União sofra discriminação, criando-se diferenciações dentre cargos efetivos idênticos, que servem ao mesmo ente e se pagam por meio do mesmo orçamento, só se diversificando quanto ao órgão a que se subordinam temporariamente.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Laerte Bessa

A questão vai mais além em suas entrelinhas, por via oblíqua, na realidade pretende-se atingir o servidor inativo, uma vez que o Adicional de Qualificação – AQ - não teria mais o caráter geral, vinculando-se o seu recebimento somente ao efetivo exercício que, com a passagem para a inatividade, aquele servidor que a percebia como parte de seus vencimentos, não mais faria mais jus quando da aposentação.

Esse é o entendimento assente dos próprios tribunais subscritores, inclusive do Excelso Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, in verbis:

*“RE-AgR 253340 / SP - SÃO PAULO- AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO- Relator(a): Min. CARLOS BRITTO- Julgamento: 06/06/2006 - Órgão Julgador: Primeira Turma Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE SÃO PAULO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LEI COMPLEMENTAR Nº 432/85. NÃO-EXTENSÃO AOS INATIVOS. INVERSÃO DOS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. O Supremo Tribunal Federal exclui do âmbito normativo do § 4º do artigo 40 da Lei Maior (§ 8º na redação da EC 20/98) **a vantagem ou benefício cujo fato gerador seja o exercício de atividade**. Daí porque os servidores inativos não têm direito ao adicional de insalubridade instituído pela Lei Complementar paulista nº 432/85. Precedentes: RE 200.258, RE 235.271, RE 337.467, RE 258.713-AgR, AI 196.140-AgR, AI 492.003-AgR, RE 206.597-AgR, e REs 213.576 e 223.763. Acolhido o recurso extraordinário do Estado, impõe-se a inversão dos ônus da sucumbência, ressalvada a hipótese de concessão dos benefícios da Justiça Gratuita.*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Laerte Bessa

*Desprovido o agravo regimental dos servidores e provido o do Estado de São Paulo.” (grifo nosso)*

//

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDORA PÚBLICA INATIVA. EXTENSÃO DO ADICIONAL DE FUNÇÃO INSTITUÍDO PELO DECRETO N.º 10.555/01. IMPOSSIBILIDADE. VANTAGEM CONCEDIDA AOS SERVIDORES EM ATIVIDADE. DESEMPENHO DE ATIVIDADES ESPECÍFICAS. VANTAGEM DE NATUREZA PRO LABORE FACIENDO. INEXISTÊNCIA DE LINEARIDADE E GENERALIDADE. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. Ausente a característica de linearidade e generalidade no pretendido adicional de função – vantagem de natureza pro labore faciendo –, instituído pelo Decreto Estadual n.º 10.555/01, é incabível a sua extensão aos servidores inativos, sendo inaplicável, à hipótese, a regra disposta no artigo 40, § 8º, da Lei Maior. 2. Inexistindo qualquer fundamento relevante que justifique a interposição de agravo regimental ou que venha infirmar as razões consideradas no julgado agravado, deve ser mantida a decisão agravada por seus próprios fundamentos. 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no RMS 17.575/MS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 12.12.2006, DJ 12.02.2007 p. 273)(grifo nosso)

Tanto é grave a questão, que mesmo o instituto da paridade de remuneração para com proventos, foi mitigado pela Emenda Constitucional 41, não existindo nenhum suporte legal para a manutenção da incorporação daquele Adicional de Qualificação se aprovado o projeto na forma proposta.

Tenho dito durante todo o decorrer de minha vida pública que o Serviço Público, para cumprir sua finalidade e ter eficiência que reclama, deve necessariamente passar por uma valorização do servidor, com salários dignos e condições mínimas para o desenvolvimento do seu mister, eis que



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Laerte Bessa

a visão holística do gestor sempre se reverte em produtividade além do esperado, atitude essa que vem sendo adotada pela iniciativa privada, com excelente retorno, o que deve ser copiado pelo serviço público.

Não é de hoje que a atividade legisferante vem sendo utilizada para extirpar direitos cristalizados ao longo de muita luta, como também se tornou comum a sua interação para discriminar e colocar um divisor de águas entre direitos do servidor ativo e do inativo. Pautarei minha vida parlamentar, assim como pautei como gestor, pela defesa incessante do servidor público e dos aposentados, bem como a de todo trabalhador, pois a desconsideração e a “chibata” legal, além de desumanas, só desestimulam e mitigam a produtividade.

Valorizar nossos profissionais é dar o oxigênio necessário para que o Estado cumpra o dever que lhe é afeto, vez que terá um quadro de pessoal à altura dos anseios da sociedade, capacitado e qualificado para, de pronto, resolver os problemas por ele enfrentados.

Desta feita, quando o Projeto Lei na sua justificação diz que:

*“... exclui da percepção do adicional de qualificação o servidor cedido para outros Poderes, bem como para outras entidades da Federação, uma vez que o adicional tem por fim não só a valorização do profissional, mas também da Administração, razão pela qual não faria sentido remunerá-lo quando os conhecimentos adquiridos não estiverem sendo aproveitados pelos órgãos do Judiciário.”*

Não se pode chegar à outra conclusão, senão a de que atingirá diretamente o servidor ativo, quando passar para inatividade, ceifando-lhe o nominado adicional. Salta aos olhos a pretensão, por atingir quem dedicou sua vida ao Estado e, infelizmente, sofre por incansáveis atitudes que buscam vilipendiar seus direitos, conquistados em duras batalhas.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Laerte Bessa

Por outro lado, a cessão deve ser vista como instrumento útil de colaboração entre órgãos e Poderes, e não como malefício ao cedente ou uma punição ao servidor que foi requisitado. Deve-se olhar mais a frente, de maneira a enxergar que a colaboração entre órgãos não só permite salutar troca de experiências, mas contribui para o crescimento e otimização dos serviços prestados no qual, temporariamente, estão cedidos.

Ora, se o órgão necessita ou não pode ceder o servidor, que negue, mas não se pode permitir normatização que engesse o serviço público com uma visão, *data venia*, arcaica.

Ademais, a capacitação não se exaure com a cessão, visto não ser esta temporária, pois o conhecimento adquirido é levado na bagagem do servidor ao longo de sua vida profissional, aplicando-o seja no órgão cedente ou no cessionário, o que não se pode dizer é que esta desaparece quando este instituto legal se faz presente. Se outra for a solução se estaria diante de disposição legal que vai de encontro com o Princípio da Eficiência, pois o servidor cedido não teria estímulo para se especializar, especialização que na maioria das vezes é aproveitada também no órgão cedente, quando do seu retorno.

Vale também ressaltar que a pretensão buscada pela proposição em comento foi objeto de deliberação pelo Congresso Nacional, quando da tramitação do PL 5845/2005, oportunidade que, após amplo debate, foi repellido, tratando-se, portanto, de repetição de tema já apreciado e sufragado.

Por fim, deve o regime jurídico disciplinador das carreiras em tela, nesse aspecto, ser mantido nos exatos ditames da Lei nº 11.416/2006, assim impedindo que se dê ao adicional *NATUREZA PRO LABORE FACIENDO*, como também permitindo a saudável cessão entre órgãos da União, sem que o funcionário sofra qualquer ônus com sua requisição.

Sala das Comissões, em        /04/2007.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Laerte Bessa

**Deputado LAERTE BESSA**

*PMDB/DF*